



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

### **Garantir a segurança do Edifício Moradias Económicas, prestar atenção ao direito de habitação dos moradores**

As obras da habitação pública na Rua Central de Toi San, com a conclusão prevista para 2012, estiveram suspensas durante muito tempo, devido ao impacto provocado nos edifícios adjacentes, sobretudo no Edifício Moradias Económicas, situado no n.º 200 da Rua Central de Toi San, onde apareceram fendas e houve mesmo suspeitas de inclinação e subsidência. Construído em 1965, o Edifício Moradias Económicas, com meio século de idade, está com vários problemas de segurança: alargamento das fendas na fundação causadas pelas obras da habitação pública, e desprendimento de cimento no interior do edifício devido à falta de manutenção. Assim, as condições habitacionais têm de ser melhoradas urgentemente.

Recentemente, o recomeço das obras da habitação pública mexeu outra vez com os nervos dos moradores, pois ainda têm presente na memória a experiência aterradora de há uns anos. Nos últimos meses, recebi várias queixas dos moradores, relatando que sentiram constantes tremores e abalos do edifício durante a execução das obras da habitação pública. Após visitas ao local e comunicações com os representantes dos moradores, tomei conhecimento de que as suas preocupações se prendem com a metodologia

1/4

IE-2018-09-18-Sou Ka Hou (P) LG-MMC



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

e as fases das obras, e as medidas adoptadas para evitar impactos no edifício. Os moradores consideram que há falta de transparência na divulgação dos dados de monitorização, o que os deixa preocupados com a possibilidade de as obras causarem impactos na estrutura do edifício já muito velho, pois não têm acesso a informações credíveis e apaziguadoras.

Além disso, construído pela Sociedade de Turismo e Diversões de Macau num terreno especialmente concedido pelo Governo da administração portuguesa, para realojar os moradores dos terrenos dos novos aterros destinados à construção do Hotel Lisboa e do Jai Alai, o Edifício Moradias Económicas já tem 53 anos e deve ser classificado como edifício “supervelho”. Nos últimos anos, de acordo com informações, um promotor pretendeu reconstruir o edifício, e a respectiva planta de condições urbanísticas foi divulgada duas vezes pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes. Se bem que o promotor tenha retirado recentemente o pedido relativo à planta de condições urbanísticas, os moradores continuam preocupados com o eventual realojamento quando o edifício for reconstruído, querendo ter conhecimento claro e atempado do planeamento e melhorar as condições habitacionais, pois temem que a casa onde vivem há décadas desapareça e fiquem desalojados.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação

2/4



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

sobre a acção governativa, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Face ao reinício da construção da habitação pública, os moradores do referido edifício esperam que o Governo e o empreiteiro afixem, num placar no espaço público do edifício, informações sobre a segurança do edifício, tais como as medidas de protecção dos edifícios adjacentes às obras, os procedimentos para as situações normais e de emergência, e o aviso de eventuais distúrbios provocados pelas obras, por exemplo, barulho, poeira e vibração. Os representantes dos moradores esperam criar um canal de comunicação em tempo real com o Governo e o empreiteiro, a fim de, caso necessário, apresentar atempadamente perguntas e opiniões. O Governo deve satisfazer estas solicitações dos moradores, no sentido de permitir que estejam a par da situação e dissipar preocupações, pânico ou mal-entendidos desnecessários. Vai fazê-lo?
2. Só com uma maior transparência das informações sobre as obras é que aumenta a confiança dos moradores no Governo e nas obras. O Governo deve atender às solicitações dos moradores quanto às garantias da segurança e tranquilidade, divulgando os seguintes elementos: 1) metodologia da execução das obras da fundação da habitação pública; 2) relatório de avaliação do impacto para o edifício durante a execução das obras; 3) situação actualizada das fases da construção; 4) divulgação

3/4



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

periódica de relatórios e dados de monitorização técnica; 5) medidas para minimizar os abalos e prejuízos causados pelo actual processo de construção; 6) resolução do agravamento do desprendimento do tecto devido à recente retoma da construção da habitação pública. Vai fazê-lo?

3. A fim de melhorar definitivamente as condições habitacionais dos moradores do referido edifício, o Governo deve prestar atenção às mudanças e ao realojamento nos terrenos decorrentes da evolução histórica, e salvaguardar o direito de uso e de habitação dos moradores após a reconstrução dos edifícios, evitando situações de despejo forçado e desalojamento, e que estas situações se transformem em incidentes sociais. Como é que o Governo vai encarar esta questão legada pela história?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,**

**Sou Ka Hou**

**18 de Setembro de 2018**